

**ANEXO 07 – PLANO DE NEGÓCIOS DA
CONCESSIONÁRIA**

MODELAGEM DE NEGÓCIOS

1 Introdução

Este Plano de Negócios tem como objetivo identificar a viabilidade econômico-financeira do projeto apresentado nos estudos de engenharia e tecnologia, considerando a readequação e qualificação do Sistema de Iluminação Pública do município de Patrocínio, com destaque nas suas características, condições e necessidades.

Neste Anexo, são analisadas as principais informações financeiras, como os custos, despesas, receita e fluxo de caixa do projeto do Sistema de Iluminação Pública, investimentos e serviços necessários para sua atualização.

1.1 Contextualização

1.1.1 Contexto Regulatório

As resoluções normativas no 414/2010, 479/2012 e 587/2013 da ANEEL estabeleceram que a gestão da infraestrutura (ativos) associada à Iluminação Pública deveria ser transferida aos municípios até o início de 2015. Em outras palavras, os municípios ficarão responsáveis pela gestão dos ativos de Iluminação Pública – ex.: postes, lâmpadas, reatores, etc.

Para melhorar ainda mais os serviços de Iluminação Pública prestados à população, a concessão da gestão dos ativos de iluminação pública tem como principal objetivo as seguintes premissas:

- ✓ Melhorar a qualidade da iluminação no Município
- ✓ Reduzir o consumo de energia elétrica com Iluminação Pública
- ✓ Desenvolver um sistema de gestão integrada do parque de iluminação
- ✓ Estimular a modernização da rede

- ✓ Reduzir custos através de tecnologia de iluminação mais eficiente e melhor gestão dos serviços de manutenção
- ✓ Promover regulação por nível de serviço

1.1.2 Panorama da Iluminação Pública

O sistema de Iluminação Pública do Município é composto por 13.611 (treze mil seiscentos e onze) Unidades de Iluminação Pública, incluídas as unidades de iluminação de destaque de obras de artes especiais (pontes, viadutos, trincheiras, passarelas) e monumentos.

Os serviços de operação, manutenção e ampliação do Sistema de Iluminação Pública são executados diretamente pela Prefeitura, por intermédio de empresas especializadas contratadas. A Prefeitura não possui normas próprias para padronização de equipamentos para utilização na Iluminação Pública, sendo utilizadas as normas técnicas da Cemig para estas finalidades.

A alimentação elétrica da rede de Iluminação Pública é proveniente da rede secundária de distribuição da concessionária - Cemig. As luminárias são acionadas individualmente por relês fotoeletrônicos, mas em alguns casos existem circuitos com diversos Pontos de Iluminação Pública comandados por uma única chave magnética.

Os serviços de manutenção de toda a Rede de Iluminação Pública, geralmente ocorrem por constatação de problemas através de rondas, por solicitação de munícipes via serviço de tele atendimento, SAC ou outros canais de comunicação.

A prestação dos serviços de pronto atendimento é realizada através de equipes que trabalham em turno normal conforme convenção do sindicato da categoria.

Os recursos necessários para manter o serviço de Iluminação Pública no Município de Patrocínio provêm da COSIP - Contribuição para o Custeio do

Serviço de Iluminação Pública, cobrada pela CEMIG dos usuários da Rede de Energia Elétrica.

1.2 O Projeto

Estes estudos, através do Caderno de Encargos prevê que parte dos Pontos de Luz da Rede atual de Iluminação Pública serão substituídos pela tecnologia LED ou superior durante os primeiros 5 (cinco) anos de Concessão.

Além da substituição dos pontos luminosos, a Concessionária deverá investir em soluções de infraestrutura, capazes de monitorar o funcionamento do sistema de iluminação através de sua medição sistêmica, bem como criar condições de intervir em sua operação de forma remota, ambos a partir de um Centro de Controle Operacional – CCO.

Além disso, Concessionária poderá explorar Receitas Acessórias, quando tecnicamente viável, com a finalidade de melhorar a viabilidade econômica de todo o empreendimento e reduzir a Contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente em função da prestação dos Serviços objeto da Concessão.

As opções tomadas de custo, investimento, financiamento e qualquer outro custo ou investimento utilizado para a concepção deste projeto, que estão detalhadas neste anexo, **são meramente referenciais**, devendo ser realizados estudos adicionais para avaliação do projeto, cada interessado deverá propor o seu plano individualmente com as premissas que julgar adequadas, desde que atendendo os encargos mínimos técnicos e de desempenho estabelecidos neste estudo.

1.3 Modelagem econômico financeira

1.3.1 Premissas de Prazo, Receita e TIR

Para estimar a atratividade do projeto foi utilizada a metodologia de rentabilidade futura, baseada essencialmente em fluxos de caixa descontados. Essa metodologia é reconhecida e adotada mundialmente para avaliação de projetos. Consiste em estabelecer um conjunto de premissas operacionais que são utilizadas para calcular os resultados futuros da Concessionária pelo prazo da Concessão, de modo a obter o valor da taxa interna de retorno mínimo estabelecido.

Essa metodologia consiste em projetar os investimentos, receitas, custos e despesas do projeto durante todo o prazo de concessão. Estes fluxos são trazidos a Valor Presente, descontados por uma determinada taxa de desconto (Taxa interna de retorno – TIR) que resulte um valor de projeto igual a zero. Essa taxa de desconto representa a remuneração do projeto e, dessa forma, deverá representar uma remuneração atrativa aos potenciais investidores privados.

A Taxa interna de Retorno (TIR) resulta em um Valor Presente Líquido (VPL) de projeto igual a zero. Para este projeto foi determinada a TIR de Projeto de 9,53%, para esse valor consideramos um custo de oportunidade de 9,5%a.a.. O momento econômico, associado ao cenário de restrição de crédito, especialmente de crédito oriundo de bancos de desenvolvimento nacionais, aumentam o retorno exigido pelos investidores privados para garantir uma atratividade mínima de projeto.

O edital elaborado contempla o prazo de Concessão de 30 (trinta) anos, com troca dos pontos do parque atual, que apresentam viabilidade, para LED em até 5 anos. Estes prazos garantem celeridade na modernização do parque para atendimento de demanda pública, bem como asseguram o equilíbrio do ponto de vista econômico-financeiro do projeto com prazo adequado para amortização dos investimentos.

Apenas para fins de modelagem para este plano de negócios referencial foram considerados três ciclos de trocas de luminárias. A primeira durante o prazo de modernização do parque, ocorrendo até o ano 5 da Concessão, a

segunda onda de investimentos do 13º ano ao 17º ano de concessão e uma terceira onda de investimentos do 25º ano ao 29º ano de concessão, considerando a duração das luminárias estimada em 100.000 (cem mil) horas e garantindo que todas as luminárias estejam com, no mínimo, 50% do prazo de vida útil ao final do prazo de concessão. Com vistas a garantir o montante necessário para o segundo e terceiro ciclo de troca, está previsto no estudo a formatação de um fundo de reposição de luminárias, no qual a Concessionária fará a provisão de valores ao longo da concessão, visando o cumprimento dos investimentos previstos.

Cada concorrente deverá elaborar seu plano de negócios conforme definido no caderno de encargos da concessionária, com a quantidade de trocas necessárias para garantir os níveis mínimos de investimento e serviços deste Contrato de acordo com as características técnica-operacionais próprias e de seus equipamentos.

1.3.2 Premissas de Prazo, Receita e TIR

Para a elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeiro, foram consideradas algumas premissas gerais da Concessão, conforme ilustrado abaixo:

Operação e Custo da Energia Elétrica

HORIZONTE DA CONCESSÃO	Ano 360	Ano 30
Conclusão de modernização dos pontos luminosos	60 Meses	5 Anos
Cenário da Projeção	Constante (Real)	
Data Base (Ano 1)	Jan-17	
O Custo da Energia Elétrica ficará a Cargo da Concessionária		

Ao final do período de Concessão, o sistema de iluminação deverá ser revertido sem ônus ao Poder Concedente.

Todos os valores e premissas utilizados na análise de viabilidade do projeto tratam-se de **valores referenciais**.

1.3.3 Receitas

Para a remuneração dos investimentos e serviços previstos no Caderno de Encargos, foi estimado o valor de Contraprestação de R\$ 5,496 milhões ao ano, que ao longo do tempo de concessão somará um montante total de R\$ 164,8 milhões para o contrato. O modelo não considerou Aporte de Recursos pelo município.

- **Contraprestação**: refere-se à receita resultante da prestação de serviços de iluminação pública da cidade de Patrocínio, conforme Caderno de Encargos. O recebimento da receita de Contraprestação será mensal e terá início após a assunção dos serviços da concessionária para realização da operação e manutenção do sistema de Iluminação Pública existente.
- **Aporte**: refere-se à receita resultante da amortização de uma parcela dos investimentos por parte da Prefeitura de Patrocínio, conforme será detalhado no Edital e seus anexos, sendo que o recebimento deste recurso ocorrerá em parcelas e de acordo com os investimentos efetuados. A adoção do Aporte de Recursos favorece ao equilíbrio financeiro do projeto devido ao benefício fiscal do diferimento do pagamento de impostos incorridos com a prestação dos serviços. O valor do Aporte de Recursos recebido pode ser excluído da base de cálculo do PIS, COFINS, IR e CSLL da Concessionária e somado às bases de cálculo dos anos seguintes, de maneira proporcional à amortização desses bens. Adicionalmente, com o aporte de recursos no início da Concessão, é possível reduzir a necessidade de captação de financiamento, como o empréstimo ponte que encareceria o projeto.
- **Receitas acessórias**: referem-se às receitas de exploração de atividades acessórias ao objeto da Concessão. Neste estudo é prevista a possibilidade de exploração de Receitas Acessórias, pendentes de

autorização pelo Poder Concedente, onde a Concessionária compartilha 30% da Receita Líquida com o Poder Público. Para fins deste Anexo, não foram estimadas Receitas Acessórias.

Para fins desta Plano de Negócios Referencial, não foram estimadas Receitas Acessórias, porém é apresentada uma lista de atividades com potencial para geração de Receitas Acessórias.

- Gestão de redes de segurança;
- Gestão de redes de trânsito;
- Locação de posteamento da rede própria para publicidade;
- Venda de material como sucata;
- Geração de energia fotovoltaica na rede própria;
- Monitoramento de frotas;
- Gestão de informação do Big Data;
- Gestão da rede de transporte público;
- Recarga de veículos elétricos;
- Locação de posteamento próprio para operadoras de telefonia;
- Locação de rede de comunicação da telegestão de iluminação pública para outras infraestruturas.

1.3.4 Investimentos e Despesa Pré-operacionais

Para o projeto foram considerados os itens apresentados na tabela abaixo, como investimentos e despesas pré-operacionais previstas:

Quadro de Investimentos e Despesas Pré Operacionais	
ITEM	VALOR (R\$)
Estruturação da PPP	1.280.000,00
Luminarias	4.656.845,27
Substituicao das luminárias	395.859,19
Descarte das luminárias	32.380,60
Telemetria/telegestao	-
Call Center	150.000,00
Veículos	393.000,00
Melhoria componentes circuitos	378.743,50
Cadastro do Parque	69.688,32
Aterramento	512.960,00
Iluminação Especial	200.000,00
Projetos executivos	240.450,00
TOTAL INVEST./DESP. PRÉ OP.	8.309.926,88

As despesas pré-operacionais incluem a remuneração dos estudos da PMI para a implantação da Concessão que serão desembolsados no primeiro mês de operação. Também são consideradas as despesas decorrentes da realização do novo cadastro dos ativos da infraestrutura da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, assim como outros estudos, planos e projetos de engenharia.

Os investimentos necessários para a operação dos serviços de manutenção, remodelação, efficientização e ampliação do Sistema de Iluminação Pública do município de Patrocínio apresentados a seguir são referenciais.

O montante estimado para os 5 (cinco) primeiros anos é de cerca de R\$ 8,309 milhões. Os investimentos estão distribuídos em Call Center, Veículos, Trocas, Cadastro e etc.

Para o cumprimento do segundo e terceiro ciclos de investimentos foi previsto a provisão mensal de fundo para reposição de luminárias, que contemplará a carga de investimentos necessários. Está previsto neste fundo uma provisão ao longo do contrato, de R\$ 12,086 milhões aproximadamente.

Portanto teremos um CAPEX previsto em torno de R\$ 20,435 milhões.

1.3.5 Custo de Manutenção

Os custos com manutenção referem-se aos custos com mão de obra, veículos, projetos, equipamentos, treinamentos e descarte de materiais.

Os custos com mão de obra incluem gastos com os salários e encargos dos funcionários como eletricitas, auxiliares de eletricitas, motoristas entre outros. Os custos com veículos referem-se ao consumo de combustíveis e manutenção de veículos utilizados durante o prazo de concessão, dentre utilitários, caminhões, caminhonetes entre outros.

É necessária uma maior quantidade de veículos e funcionários no início da Concessão, pois a manutenção do sistema atual demanda maior intervenção quando comparada com a tecnologia LED. Ao longo da projeção, deverá ocorrer uma diminuição na quantidade de turmas e veículos, uma vez que a tecnologia das novas luminárias garante uma taxa menor de falha e, conseqüentemente, menor necessidade de manutenção corretiva em campo.

Os custos com equipamentos são referentes a EPCs, EPIs e ferramentas, utilizados pelos funcionários da manutenção e custos com treinamento referem-se aos gastos com capacitação dos funcionários da manutenção.

Item	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Custo manutencao iluminacao	1.030.225,62	1.021.640,41	1.013.055,20	1.004.469,98	995.884,77
Custo Fornecimento Energia	2.901.361,81	2.764.696,67	2.616.642,77	2.479.977,63	2.343.312,49
Seguros e Garantias	192.833,79	165.973,94	151.914,09	137.854,23	123.794,38
Custo operação telegestão	-	-	-	-	-
Vandalismo/Abalroamento	33.074,73	33.074,73	33.074,73	33.074,73	33.074,73
Treinamento de Empregados	11.168,00	11.168,00	11.168,00	11.168,00	11.168,00
EPI's/EPC's	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Combustível e Manut. De Veículos	112.600,00	112.600,00	112.600,00	112.600,00	112.600,00
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	4.289.263,96	4.117.153,75	3.946.454,78	3.787.144,58	3.627.834,37

Ano 10	Ano 15	Ano 20	Ano 25	Ano 30
952.958,70	910.032,63	867.106,57	824.180,50	824.180,50
2.280.674,30	2.280.674,30	2.280.674,30	2.280.674,30	2.280.674,30
15.720,00	15.720,00	15.720,00	15.720,00	15.720,00
-	-	-	-	-
33.074,73	33.074,73	33.074,73	33.074,73	33.074,73
11.168,00	11.168,00	11.168,00	11.168,00	11.168,00
8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
112.600,00	112.600,00	112.600,00	112.600,00	112.600,00
3.414.195,74	3.371.269,67	3.328.343,60	3.285.417,53	3.285.417,53

1.3.5.1 Custos de Descarte

Os custos mensais com descarte de materiais se referem ao custo com o descarte de materiais do parque de iluminação convencional, como lâmpadas, relés, reatores, entre outros de acordo com normas ambientais aplicáveis. Na tabela abaixo estão os custos previstos mensais com descarte:

Descrição	unidade	quantidade	custo unit	custo total
Transporte	unid.	3.206,00	1,50	4.809,00
Descarte final terceirizado	unid.	3.206,00	8,60	27.571,60
CUSTO TOTAL				32.380,60

1.3.5.2 Custos de energia

O custo com energia refere-se ao custo com o consumo de energia elétrica para o sistema de iluminação pública do município. Neste Anexo considera-se que a Concessionária será responsável pelo custo da energia.

A economia média global para o Município de Patrocínio é estimada em aproximadamente 20% (vinte por cento) com a remodelação do sistema de iluminação atual, sendo que esta redução irá ocorrer gradualmente nos primeiros 5 (cinco) anos da Concessão, período no qual ocorrerá a troca das luminárias pela tecnologia de LED.

Para a estimativa de energia foi considerada a tarifa B4a bandeira amarela, considerando que o valor da tarifa de energia tende a diminuir no médio prazo.

A tabela em 1.3.5 acima, mostra a evolução destes custos.

1.3.5.1 CCO/CALL CENTER

Os custos estimados referem-se à instalação do Centro de Controle Operacional (CCO) e incluem gastos com adequação do CCO, aquisição e instalação de infraestrutura de operações e data-center, softwares, mobiliário, equipamentos de rede, entre outros. Eles estão contemplados no montante previsto para implantação da CCO, que é de R\$ 150.000,00.

1.3.5.2 Telegestão

Não está prevista neste projeto.

1.3.5.3. Modernização

Os investimentos com modernização incluem aquisição e instalação de luminárias, postes, transformadores, braços, cabos, quadros de comando e medição referentes à modernização dos Pontos de Iluminação da Rede de Iluminação Pública de Patrocínio.

Adicionalmente, foi considerado o crescimento vegetativo de 20 pontos por ano e duas ondas de investimentos maiores a partir do 13º ano e do 25º ano,

concentrando-se nos 5 anos subsequentes: 13º ao 17º e 25º ao 29º ano de concessão.

Os custos para cumprimento dessas ondas serão cumpridos por meio do fundo de reposição de luminárias criado para este fim. Este fundo será provisionado mês a mês ao longo da concessão, perfazendo uma valor aproximado de 12,086 milhões.

1.3.5.4 Iluminação Especial

Essas obras são referentes à Iluminação Pública especial desenvolvida a partir de projetos específicos, diferenciada do padrão convencional para tráfego de veículos e pedestres, destinada a valorização através da luz de equipamentos urbanos como pontes, viadutos, monumentos, fachadas e obras de arte de valor histórico, cultural ou paisagístico, localizados em áreas públicas, conforme contemplado no Caderno de Encargos.

Para esta iluminação, foram considerados valores investidos nos primeiros 5 (cinco) anos de Concessão, no total estimado de R\$ 200 mil para 100 pontos de iluminação.

Bem como para as luminárias do parque, a Iluminação Especial também terá duas ondas de reinvestimentos, do 13º ano ao 17º e do 25º ano ao 29º ano de concessão, com a substituição das lâmpadas de LED e módulos.

1.3.5.5 Iluminação de Natal

Não está contemplado neste projeto a previsão e execução da iluminação de natal.

1.3.5.6 Expansão e Adequação

Estes investimentos incluem a adequação do parque de iluminação pública de Patrocínio, durante o período de Concessão, de acordo com a necessidade da expansão da Rede de Iluminação Pública de Patrocínio, limitada ao número de pontos definidos no projeto. Execução de pontos adicionais serão motivo de reequilíbrio contratual.

1.3.5.7 Manutenção e Operação do Parque e Call Center:

Os custos em manutenção do parque convencional incluem os gastos com a reposição de material dos Pontos de Iluminação não modernizados nos primeiros 5 anos de Concessão. A tabela em 1.3.5 mostra os custos dos de manutenção, demonstrando que ao longo do tempo, com a modernização do parque estes custos irão decrescendo ano a ano até encontrar o ponto de estabilização, quando o projeto estiver operando em sua plenitude tecnológica.

Dentro deste custo estão inclusos os valores referentes à manutenção, operação e call center.

1.3.5.8 Quadro de referência de Luminárias:

O quadro abaixo apresenta os custos de referência utilizados nestes estudos e a quantidade considerada viável economicamente.

Pontos de Luz	Potência Tipo	Potência	Substituicao Custo LED (R\$)	Modelo LED	POTÊNCIA LED	Investimento (R\$)
219	VM 250 W	250	1.580,23	LED 140 W	140	346.070,37
129	VM 400 W	400	2.330,80	LED 180 W	180	300.673,20
750	VS 100 W	100	1.090,40	LED 60 W	60	817.800,00
920	VS 150 W	150	1.365,70	LED 90 W	90	1.256.444,00
1110	VS 250 W	250	1.580,23	LED 140 W	140	1.754.055,30
6	VS 350 W	350	2.330,80	LED 180 W	180	13.984,80
72	VS 400 W	400	2.330,80	LED 180 W	180	167.817,60
3206				Total		4.656.845,27

1.3.6 Tributação

Considerou-se a tributação de Imposto de Renda e CSLL com base no Lucro Real, conforme as alíquotas a seguir, de acordo com a legislação vigente.

Alíquotas Tributárias	
Tipo	Real
IR	25%
CSLL	9%
PIS/COFINS	3,65

Considerou-se a incidência de: PIS (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas da SPE, assim como o aproveitamento de créditos tributários com a aquisição de serviços e ativos fixos.

Para o ISS, a atividade de concessão de iluminação pública propriamente dita não sofre a incidência do ISS no Município de Patrocínio, por ausência de previsão legal para tanto, haja vista que o rol Lista de Serviços da Lei Complementar 116/2003 é taxativo e exaustivo. A lista de serviços do município de Patrocínio também não contempla esse serviço.

1.3.7 Fontes

Os recursos necessários para execução do projeto foram projetados através de recursos próprios Consórcio, BNDES e/ou bancos ou fundos privados.

O investimento inicial de cerca de R\$ 8,309 milhões, a ser realizado nos 5 (cinco) primeiros anos, será financiado em parte pelo próprio fluxo operacional do projeto e o restante será obtido por meio de alavancagem financeira. O CAPEX total considerado previsto em R\$ 20,435 milhões. Para o financiamento externo do projeto serão buscados recursos junto à bancos de

fomento e/ou bancos ou fundos privados, de acordo com as melhores condições de viabilidade e oferta possíveis. Para efeito de cálculo neste plano foi considerada uma taxa de juros de 0,8% a.m..

1.3.7.1 Covenants de financiamento

Caso seja possível a utilização de linhas do BNDES, as condições abaixo devem ser previstas e aplicadas.

Segundo o site do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social):

“O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) é calculado pela divisão da geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras, em determinado período”.

“Em financiamentos estruturados sob a forma de Project Finance, o ICSD projetado para cada ano da fase operacional do projeto deverá ser de no mínimo 1,3”.

1.3.7.2 Amortização

O quadro de amortização mostra a sequência de pagamentos referentes a primeira onda de investimentos.

Item	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Amortizacao	185.206,06	340.045,67	484.993,85	631.024,88	777.235,30
Item	Ano 10	Ano 15	Ano 20	Ano 25	Ano 30
Amortizacao	833.764,42	833.764,42	833.764,42	833.764,42	833.764,42

Para as demais ondas de investimento, conforme já citado, foi considerada a provisão de um fundo ao longo do período de concessão.

1.3.8 Seguros necessários

Para a seleção dos seguros a serem contratados, foram analisadas as coberturas mínimas relevantes para atendimento das necessidades da Concessão, de forma a mitigar os riscos da operação.

Considerando que o projeto envolve atividades distintas, como construção, adequação e remodelamento e operação dos ativos já existentes, os seguros devem possuir coberturas que englobem todas essas atividades, conforme coberturas descritas abaixo:

Tipo	Cobertura
Responsabilidade Civil (RC)	Responsabilidade Civil Operações Modalidade: Empresas, Concessionárias ou não de Serviços Públicos de Produção e Distribuição de Energia Elétrica.
Risco de engenharia	Danos materiais
Veículos	Cobertura para Danos Corporais e Danos Materiais causados a terceiros por veículos utilizados na obra

As premissas de seguros utilizadas na modelagem estão demonstradas a seguir:

		Referência	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Garantia de Execução	1%	R\$ 8.309.926,88	R\$ 83.099,27	R\$ 56.239,42	R\$ 42.179,56	R\$ 28.119,71	R\$ 14.059,85
Multiriscos	0,65%	R\$ 8.309.926,88	R\$ 54.014,52				
Responsabilidade Civil	4%	R\$ 1.000.000,00	R\$ 40.000,00				
Veículos	4%	R\$ 393.000,00	R\$ 15.720,00				
Total			R\$ 192.833,79	R\$ 165.973,94	R\$ 151.914,09	R\$ 137.854,23	R\$ 123.794,38

Após o 5º Ano permanecerá somente em vigor o seguro de veículos.

1.4 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA

Cada concorrente deverá elaborar seu Plano de Negócios com a quantidade de trocas necessárias para garantir os níveis mínimos de investimento e serviços nos Termos do ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGO DA CONCESSIONÁRIA, de acordo com as características técnica-operacionais próprias e de seus equipamentos.

1.4.1 Orientações Gerais

Sem prejuízo da observância das demais regras constantes do EDITAL, a PROPONENTE deverá apresentar, no PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA, todos os componentes que impactem a estruturação econômico-financeira de sua PROPOSTA COMERCIAL, destacando-se os seguintes itens:

- a) Fluxo de caixa da CONCESSÃO;
- b) Demonstração de Resultados da CONCESSIONÁRIA;
- c) Forma de alavancagem financeira;
- d) Estrutura de garantias; e
- e) Proposição de cobertura de seguros.

Na elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA deverão ser utilizados valores reais, ou seja, sem inflação, tendo por referência a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS, aplicável inclusive à taxa de juros de financiamento.

Os valores apresentados no PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA deverão ser apresentados sempre em reais (R\$) e com periodicidade mínima anual.

1.4.2 Considerações Mínimas para a Elaboração do Plano de Negócios

Para elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA, a PROPONENTE deverá considerar, dentre outros:

- a) todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários para a execução do OBJETO da CONCESSÃO;
- b) o volume de consumo de energia elétrica nos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e a tarifa aplicável vigente na data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, com os reajustes projetados;
- c) os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA em virtude da operação da CONCESSÃO;
- d) os valores a serem pagos a título de ressarcimento aos autores dos estudos aproveitados em razão do Chamamento Público nº 001/2016.
- e) o prazo da CONCESSÃO, que será de 30 (trinta) anos;
- f) demais condicionantes do EDITAL e de seus ANEXOS, em especial a minuta do CONTRATO.

1.4.3 Responsabilidade pelas Informações do Plano de Negócios

A elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA, bem como a acuidade dos dados que ele incorporar, são de exclusiva responsabilidade da PROPONENTE, devendo ser consistente e suficientemente claro quanto às premissas nele adotadas.

A determinação das receitas, investimentos, custos e despesas apresentados pela PROPONENTE no PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA, bem como as variações decorrentes das obrigações assumidas são de sua exclusiva responsabilidade, sendo que eventuais erros ou omissões não serão considerados para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, constituindo risco exclusivo da PROPONENTE a avaliação de tais aspectos.

1.4.4 Apresentação do Plano de Negócios

O PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, ser apresentado em dois formatos complementares:

- a) em planilha eletrônica editável e compatível com Microsoft Excel, incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de

verificação, mediante a apresentação de todos os dados, fórmulas e cálculos realizados; e

b) em planilha impressa, seguida da apresentação do PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA, com o descritivo da modelagem realizada, a identificação e justificativa das premissas adotadas, entre outros elementos que permitam a exata compreensão dos componentes e da exequibilidade da PROPOSTA COMERCIAL ofertada.

1.4.4.1 A PROPONENTE deverá apresentar, de forma objetiva, clara e detalhada, os elementos que compõe o PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA, incluindo o fluxo de caixa estimado da CONCESSÃO, demonstrando a viabilidade econômico financeira da sua PROPOSTA COMERCIAL, tendo em vista todo o período contratual, desde a DATA DA ORDEM DE INÍCIO.

1.4.4.1.1 Dentre outros elementos julgados relevantes no seu plano de negócios, a CONCESSIONÁRIA deverá trazer os seguintes detalhes:

a) “receita”, com a estimativa detalhada das receitas oriundas das contraprestações pecuniárias pagas pelo PODER CONCEDENTE (em conformidade com os valores consignados na PROPOSTA COMERCIAL e com os níveis esperados de atendimento do FATOR DE DISPONIBILIDADE e do FATOR DE DESEMPENHO);

b) “custos e despesas”, com: (i) a estimativa detalhada de custos e despesas operacionais, mediante a abertura de preços e quantidades; e (ii) a estimativa discriminada de despesas administrativas, comerciais e financeiras;

c) “impostos e tributos”, com: (i) a estimativa detalhada de despesas com PIS/COFINS; (ii) a estimativa detalhada de despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e (iii) a estimativa detalhada de créditos ou abatimentos da base de cálculo de qualquer imposto ou tributo;

d) “investimentos”, com toda a projeção de investimentos necessários ao cumprimento do objeto do contrato (incluindo: (i) cronograma físico-financeiro detalhado dos investimentos, por etapa e por fase de implantação; (ii) prazos

para obtenção das licenças pertinentes, se aplicável; e (iii) quantitativos e preços dos itens, que deverão ser discriminados nos investimentos); e detalhes da depreciação;

e) “financiamento”, com a indicação: (i) do ingresso de capital de terceiros (empréstimos bancários diversos, utilização de valores mobiliários, melhorias de créditos, hedge etc.); (ii) do pagamento de principal; (iii) dos valores dos juros e encargos estimados, e seu cronograma de pagamento;

f) “receitas financeiras”, com indicação de receitas oriundas de aplicações ou outras operações financeiras;

g) “projeções macroeconômicas”, com todas as projeções de taxas e índices que possam vir a influenciar o PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA, incluindo taxas de juros, índices de inflação, câmbio, entre outros;

h) “recuperação do investimento”, com todas as premissas para recuperação do investimento por parte dos acionistas da SPE ao longo do prazo da CONCESSÃO;

i) “fluxos de caixa”;

j) “taxa interna de retorno (TIR)”;

1.4.4.2 Sem prejuízo das informações indicadas nos itens anteriores, a PROPONENTE deverá considerar, para a elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA, as regras estabelecidas no CONTRATO no que tange à disciplina da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO a ser adotada ao longo da CONCESSÃO, e no que tange à proposição de cobertura de seguros prevista.